

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações Financeiras

em 31 de março de 2026 e Relatório do

Auditor Independente

Relatório do Auditor Independente.....	3
Balanços Patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado do exercício	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações da Mutação do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10

2



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.

São Paulo – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Imocop Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Imocop Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria da Companhia para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou unidades de negócios da Companhia como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 15 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Priscila Moscardini Soares Diniz
Contadora CRC 1SP289386/O-0

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2026	2025
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	50.171	2.604
Aplicações financeiras	7	-	13.585
Contas a receber de clientes	8	1.064	1.028
Tributos a recuperar		106	103
Total do ativo circulante		51.341	17.320
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	13	26.417	63.771
Depósitos judiciais	12	108	108
Outras contas a receber	9	773	773
Propriedade para investimento	10	6.964	6.507
Total do ativo não circulante		34.262	71.159
Total do ativo		85.603	88.479

Passivo	Nota	2026	2025
Passivo circulante			
Fornecedores		26	-
Tributos a recolher		214	180
Dividendos a pagar	13	2.317	1.243
Total do passivo circulante		2.557	1.423
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	12	108	108
Passivo fiscal diferido		44	45
Total do passivo não circulante		152	153
Patrimônio líquido			
Capital social		21.127	21.127
Reserva legal		4.225	4.225
Reserva de retenção de lucros		67.899	60.949
Reservas de reavaliação		602	602
Transação com acionistas		(10.959)	-
Total do patrimônio líquido	14	82.894	86.903
Total do passivo		2.709	1.576
Total do passivo e patrimônio líquido		85.603	88.479

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Receitas líquidas	16	5.126	4.895
Lucro bruto		5.126	4.895
Despesas administrativas	17	(356)	(229)
Outras despesas		(2)	(141)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		4.769	4.525
Receitas financeiras	18	5.728	1.532
Resultado financeiro líquido		5.728	1.532
Resultado antes dos impostos		10.497	6.057
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(1.229)	(983)
Lucro líquido do exercício		9.267	5.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	9.267	5.074
Resultado abrangente total	9.267	5.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

		Capital social	Reserva legal	Transação com Acionista	Reserva de retenção de lucros	Reserva de reavaliação	Lucros acumulados	Total
Em 2024	Nota	21.127	4.125	-	57.218	602	-	83.072
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	5.074	5.074
Destinação do lucro:								
Reserva legal		-	100	-	-	-	(100)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(1.243)	(1.243)
Retenção de lucro		-	-	-	3.731	-	(3.731)	-
Em 2025		21.127	4.225	-	60.949	602	-	86.903
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	9.267	9.267
Destinação do lucro:								
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(2.317)	(2.317)
Retenção de lucro		-	-	-	6.950	-	(6.950)	-
Transações com controladores	13	-	-	(10.959)	-	-	-	(10.959)
Em 2026		21.127	4.225	(10.959)	67.899	602	-	82.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		9.267	5.074
Ajustado por:			
Depreciação	10	172	140
Variações nos ativos e passivos:			
Outros créditos		-	2
Contas a receber de clientes		(665)	(817)
Fornecedores		26	-
Tributos a recolher		880	747
Caixa gerado pelas atividades operacionais		9.680	5.146
Imposto de renda e contribuição social pagos		(849)	(730)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		8.831	4.416
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		13.585	(2.707)
Fluxo de caixa proveniente (utilizado) das atividades de investimentos		13.585	(2.707)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Mútuo com partes relacionadas	13	26.394	-
Dividendos pagos	13	(1.243)	(1.120)
Caixa líquido proveniente (utilizado) das atividades de financiamentos		25.151	(1.120)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		47.567	589
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de abril		2.604	2.015
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março		50.171	2.604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Imocop Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") tem sede na capital do estado de São Paulo e tem como objeto social a administração por conta própria ou de terceiros de bens móveis e imóveis, podendo comprar e vender, arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar móveis, imóveis e equipamentos em geral e a participação em outras sociedades.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com às práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, são evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicada.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes com maior nível de complexidade estão divulgados na nota 4. As políticas contábeis materiais são divulgadas nas notas explicativas conforme a nota 3.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 15 de junho de 2026.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos estão expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, e os valores justos são classificados hierarquicamente, conforme técnicas de avaliação, da seguinte forma:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Para ambos os exercícios sociais não há avaliações a valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC 46 (item 93.g.).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das Demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando aplicável o valor justo, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

3 Políticas contábeis materiais

Aplicamos de modo consistente as principais políticas contábeis nas demonstrações financeiras. As políticas contábeis materiais estão descritas nas notas explicativas correspondentes. A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras em 2025 e para o exercício encerrado em 31 de março de 2026.

4 Estimativas contábeis e julgamentos relevantes

Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir:

- (i) Propriedade para investimento (nota 10); e
- (ii) Arrendamento mercantil operacional (nota 16).

5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

5.1 Novas Normas

5.1.1 CPC 51 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (1º de abril de 2027 no caso da Companhia). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- i.* As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- ii.* As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;
- iii.* Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia está em processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perda, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas.

5.2 Normas vigentes

5.2.1 Emenda IFRS 7 e IFRS 9 – Classificação e Mensuração de instrumentos Financeiros

As alterações abordarão a diversidade nas práticas contábeis e, assim, tornarão os requisitos mais compreensíveis e coerentes. Dentre os quais, estão:

- i. Classificação dos ativos financeiros com ESG e características semelhantes;
- ii. Liquidação de passivos por meio de sistemas de pagamento eletrônicos

Com essas alterações, o IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência. As alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 (1º de abril de 2026, no caso da Companhia) e não temos impacto da emenda, pois não há operações desta natureza.

5.2.2 Reforma tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui a reforma tributária sobre o consumo no Brasil.

O novo modelo está baseado em um sistema de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto por: (i) a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, que substituirá o PIS e a COFINS; e (ii) o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, que substituirá o ICMS e o ISS. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Em janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta parcialmente a referida reforma. Os efeitos da reforma tributária ainda dependem da regulamentação de aspectos pendentes por meio de leis complementares adicionais, bem como da definição das alíquotas aplicáveis.

Posteriormente, em janeiro de 2026, foi publicada a Lei Complementar nº 227/2026, que dispõe, principalmente, sobre a criação e o funcionamento do Comitê Gestor do IBS. Esse comitê, composto por representantes dos Estados e dos Municípios, será responsável por coordenar a arrecadação, fiscalização, cobrança, distribuição das receitas e a uniformização da legislação do IBS. A referida lei também estabelece o processo administrativo tributário aplicável a esse imposto.

Consequentemente, não há qualquer efeito de reforma tributária nas Demonstrações Financeiras de 31 de março de 2026.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2026	2025
Banco – conta movimento	123	159
Aplicações financeiras	50.048	2.445
Total	50.171	2.604

As aplicações financeiras são representadas por títulos de renda fixa, em CDB, remunerados a 101% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), possuindo liquidez diária e possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda no rendimento. Em 31 de março de 2025, a rentabilidade correspondia a 100% da variação do CDI. O saldo de aplicações financeiras foi classificado integralmente como caixa e equivalentes de caixa, em razão da liquidez diária e possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda no rendimento.

O aumento no saldo de aplicações financeiras entre os anos de 2025 e 2026, refere-se ao recebimento de contrato de mútuo financeiro, no valor de R\$ 26.394, vide nota explicativa nº 14.

➤ Política contábil

Caixa e equivalente de caixa estão representados por numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa.

7 Aplicações financeiras

	2026	2025
Aplicações financeiras (CDI)	-	13.585

As aplicações financeiras são representadas por títulos de renda fixa, em CDB, remunerados substancialmente 100% do CDI em 2025).

A companhia possui uma política que determina características de aplicações com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, sem risco de mudança significativa de valor, além de ausência de carência para o resgate.

➤ Política contábil

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender investimentos ou outros fins, sendo estes títulos considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa, em observância ao CPC 03 (R2) / IAS 7.

8 Contas a receber de clientes

	2026	2025
Clientes - Mercado interno	229	235
Partes relacionadas	835	793
Total	1.064	1.028

Os saldos de contas a receber de clientes no mercado interno e de partes relacionadas encontram-se substancialmente compostos por créditos não vencidos na data das demonstrações financeiras.

➤ Política contábil

As contas a receber de clientes são reconhecidos na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos a estimativa de provisão para perdas de crédito esperadas (PECLD).

A provisão para perda é constituída com base em uma matriz de perda esperada adotada pela Companhia considera o agrupamento dos clientes com características de inadimplência similares com classificação do risco do cliente mensurada internamente.

9 Outras contas a receber

	2026	2025
Venda de imóveis	631	631
Outros	142	142
Total	773	773

➤ Política contábil

As outras contas a receber são direitos a receber por bens vendidos no curso normal dos negócios. A Companhia reconhece suas outras contas a receber no ativo não circulante, em razão do recebimento ser devido em período superior à um ano, ao valor da fatura correspondente.

10 Propriedade para investimento

Custo	Taxa de depreciação média a.a. %	2025	Adições	Transferências	2026
Terrenos		3.380	-	-	3.380
Construções e benfeitorias	4,00%	4.102	-	630	4.732
Obras em andamento		-	630	(630)	-
Total		7.482	630	-	8.112
Depreciação		2025	Adições	Transferências	2026
Construções e benfeitorias		(975)	(172)	-	(1.147)
Total		(975)	(172)	-	(1.147)
Valor residual		6.507	458	-	6.964

Custo	Taxa de depreciação média a.a. %	2024	Adições	Transferências	2025
Terrenos		3.380	-	-	3.380
Construções e benfeitorias	4,00%	3.310	792	-	4.102
Total		6.690	792	-	7.482
Depreciação		2024	Adições	Transferências	2025
Construções e benfeitorias		(835)	(140)	-	(975)
Total		(835)	(140)	-	(975)
Valor residual		5.855	652	-	6.507

Propriedades	Contrato	Vigente até	Receita bruta YTD 2025	Receita bruta YTD 2026	Classe de PPI	Valor líquido de depreciação
CTC - Rodovia Piracicaba-Limeira - matrícula 84.748. Composição: 530,12 alqueires, Área	DEJR-2751/09	08_2028	4.691	4.925	Terra + Edificações	4.275
Camamu - Fazenda Boa Sorte-BA - matrícula 3.811. Paulínia - Sítio São Vitorio - matrícula 2.411. Paulínia - Fazenda São José - matrícula 18.602.	DEJR-2285/08	11_2029	389	395	Terra	2.690
Total						6.964

A Companhia possui os seguintes imóveis mantidos como propriedade para investimento: Estação Experimental em Camamu – BA, Centro de Tecnologia em Piracicaba - SP e Fazenda em Paulínia - SP, por meio de arrendamento mercantil operacional.

Para as duas primeiras propriedades o contrato vigora até 05 de agosto de 2028. Para a fazenda em Paulínia – SP, o contrato vigora até 31 de outubro de 2029, com opção de renovação por mais 5 anos. Nenhum aluguel contingente é cobrado.

Foi realizado o laudo a valor de mercado dos imóveis acima mencionados para as demonstrações financeiras de 31 de março de 2026 e que representavam R\$ 290.410. A Administração, com base em seus especialistas internos, entende que não houve mudanças significativas nas premissas aplicadas na metodologia, como informações históricas, localização, área total e entre outras para a realização de um novo laudo.

Os imóveis são depreciados linearmente e possuem vida útil média de 25 anos, e taxa de 4% ao ano conforme o quadro acima.

➤ Política contábil

As Propriedades para investimento da Companhia são as propriedades mantidas para auferir receita de aluguel e para valorização de capital. As propriedades para investimento são mensuradas pelo custo e são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas. O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição ou à construção de uma propriedade para investimento, incluindo os juros capitalizáveis dos empréstimos para essa destinação.

Redução ao valor recuperável (impairment)

A Companhia revisa a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável, e sempre que houver evidência objetiva de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo e o evento de perda tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que possam ser estimados de uma maneira confiável.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual pertence o ativo.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, a base dos clientes por *rating* conforme análise da área de crédito, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica “Despesas de vendas” como perdas de créditos estimadas em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e aos riscos específicos do ativo.

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, o valor

recuperável é alocado para a UGC, ou grupo de UGCs, a qual o ativo corporativo pertence em uma base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou sua UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs e, então, se ainda houve perda remanescente para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

11 Instrumentos financeiros

11.1 Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

A classificação dos ativos e passivos financeiros depende do modelo de negócios adotado pela companhia para sua gestão e das características dos fluxos de caixa contratuais, sendo determinado no momento do reconhecimento inicial, conforme o CPC 48.

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Valor contábil		Valor justo	
	2026	2025	2026	2025
Ativos - Custo amortizado				
Banco conta movimento (nota 6)	123	159	123	159
Aplicações financeiras (nota 6 e 7)	50.048	16.030	50.048	16.030
Contas a receber (nota 8)	1.064	1.028	1.064	1.028
Outras contas (nota 9)	773	773	773	773
Mútuo (nota 13)	26.417	63.771	26.417	63.771
Total	78.425	81.761	78.425	81.761
	Valor contábil		Valor justo	
	2026	2025	2026	2025
Passivos - Custo amortizado				
Dividendos a pagar (nota 13)	2.317	1.243	2.317	1.243

Não há instrumento financeiro mensurado ao valor justo após o reconhecimento inicial.

Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

➤ Política contábil

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros quando se torna parte das disposições contratuais. Os ativos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, conforme o modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa. Os passivos financeiros são, em geral, mensurados ao custo amortizado.

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), aos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou a VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender a ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo por meio do resultado (VJR) do investimento em outros resultados abrangentes (VJORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR) caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros

passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento de um ativo financeiro

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Desreconhecimento de um passivo financeiro

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

11.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Esses riscos são permanentemente monitorados, visando mitigá-los.

Atualmente, a política de gerenciamento de risco adota as seguintes premissas: todos os riscos classificados como “prioritários” são identificados, analisados e monitorados; limites de uso de capital são aprovados pela Diretoria; e todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada. A companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento buscam manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

11.2.1 Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento (aplicações financeiras).

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito, e acompanhando permanentemente o saldo devedor dos clientes. A Companhia possui o Comitê de crédito composto pela diretoria comercial e financeira que aprovam ou recusam tais solicitações de crédito.

As análises possuem validade de até um ano e são compostas, basicamente, por três parâmetros:

- (i) Análise quantitativa, contendo avaliação criteriosa dos índices econômico-financeiro relativos a endividamento, liquidez, rentabilidade e ciclos operacionais, entre outros, relativos a balanços patrimoniais dos últimos três exercícios fiscais;
- (ii) Análise qualitativa, que deve conter a estrutura societária, consultas aos órgãos fiscais, Sintegra, Receita Federal e empresa contratada que oferece diversas soluções para Consulta de Crédito, relatório de visita técnica, representatividade do cliente no setor em que atua, tempo de atuação no mercado, referências comerciais, relação dos principais fornecedores, relação dos bens da empresa e/ou dos sócios; e
- (iii) Análise de garantias, examinadas pelas áreas Financeira e Jurídica e solicitadas sob o critério da discricionariedade de sua administração.

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco do crédito está substancialmente concentrada nos instrumentos financeiros abaixo:

	2026	2025
Banco conta movimento (nota 6)	123	159
Aplicações financeiras (nota 6 e 7)	50.048	16.030
Contas a receber (nota 8)	1.064	1.028
Outras contas a receber (nota 9)	773	773
Total	52.008	17.990

Perdas por redução no valor recuperável

A Companhia possui saldos referentes ao contas a receber de clientes para a avaliação de perdas esperadas, o qual é aplicada a metodologia simplificada através de uma matriz de provisão aglutinado o contas a receber por características comuns dos clientes, como o “aging list” e rating de crédito, permitindo a análise do comportamento dessas características, combinada com valores.

11.2.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

11.2.3 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais para mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando, assim, a eficácia de custos e evitando procedimentos de controle que não são eficazes.

12 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Administração da Companhia com suporte de seus assessores jurídicos, avaliou as contingências judiciais em curso. Para as ações tributárias foram constituídas provisões em montante estimado como suficiente para cobrir perdas prováveis de acordo com o CPC 25, conforme detalhado a seguir:

Provisão para contingências	Provisões tributárias	Total contingente
2025	108	108
2026	108	108

Depósitos judiciais	Depósitos tributários	Total de depósitos
2025	108	108
2026	108	108

Provisão para contingências	Provisões tributárias	Total contingente
2024	108	108
2025	108	108

Depósitos judiciais	Depósitos tributários	Total de depósitos
2024	108	108
2025	108	108

O processo tributário refere-se às contingências fiscais em discussão nas esferas administrativa e judicial, cujos valores são reconhecidos e provisionados de acordo com a avaliação de risco e a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, em conformidade com a regulamentação contábil aplicável.

➤ Política contábil

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

13 Partes relacionadas

	2026	2025
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes (a)		
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira	835	793
(a) Contas a receber dos arrendamentos.		

Ativo não circulante		
Operações de mútuo com partes relacionadas (b)	2026	2025
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo	26.417	37.377
Arrepar Participações S.A.	-	26.394
Total	26.417	63.771

(b) O saldo do mútuo a receber junto à Cooperativa, teve seu vencimento aditivado para 1º de abril de 2029 (anteriormente vencimento em 31 de março de 2025). O valor nominal dos créditos a receber correspondem a R\$ 37.376, sobre o qual foi constituído ajuste a valor presente de R\$ (10.959), em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis, perfazendo um saldo líquido registrado de R\$ 26.417. Por se tratar de transação entre partes relacionadas, o efeito do ajuste a valor presente (AVP) foi registrado no patrimônio líquido, conforme mencionado na nota explicativa nº 14. As receitas e despesas financeiras decorrentes da atualização subsequente do AVP são reconhecidas no resultado ao longo do prazo da operação.

Dividendos a pagar	2026	2025
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo	1.608	863
Arrepar Participações S.A.	709	380
Total	2.317	1.243

Receita de arrendamento (c)	2026	2025
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira	4.925	4.691
(c) Receita com arrendamento das propriedades para investimento.		

A remuneração da Administração é divulgada nas Demonstrações Financeiras da Controladora Cooperativa Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo em conformidade com o CPC 05 divulgação sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas abrangem principalmente operações de mútuo entre empresas do grupo, realizadas em condições acordadas entre as partes.

➤ Política contábil

As operações entre as controladas, incluindo saldos, ganhos e perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis das controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Controladora.

14 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito da Companhia está representado em 31 de março de 2026 e 2025 por 246.871.690 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencente aos seguintes acionistas:

Acionistas	Quantidade de ações	Representatividade
Cooperativa	171.381.605	69,42%
Arrepar	75.490.085	30,58%
Total	246.871.690	100%

Reserva de reavaliação

Decorrem de bens destinados à venda, cujo imposto de renda e contribuição social diferidos estão destacados no passivo não circulante.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de março de 2026 a Companhia deixou de constituir reserva legal por atingir o limite de 20%.

Reserva de retenção de lucros

Os lucros acumulados apurados até 31 de março de 2026 foram reclassificados no patrimônio líquido de lucros acumulados para reservas de lucros, e estão à disposição dos acionistas. Nos termos do art. 199 da Lei nº 6.404/76.

Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de dividendo limitado a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação dos resultados dos exercícios de 31 de março

	2026	2025
Resultado		
Lucro líquido do exercício	9.267	5.074
Reserva legal	-	(100)
Lucro líquido do exercício ajustado	9.267	4.974
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório	(2.317)	(1.243)
Reserva de Lucro	6.950	3.731

Transação com acionista

O saldo registrado em 31 de março de 2026 referem-se ao ajuste a valor presente do contrato de mútuo firmado entre a Companhia e sua controladora e que será apropriado conforme prazo de pagamento.

15 Arrendamento mercantil operacional

A Companhia arrenda suas propriedades para investimento. Os recebimentos mínimos futuros sob arrendamentos são os seguintes:

	2026	2025
Até um ano	5.547	4.948
Acima de um ano - até cinco anos	8.733	13.279
Total	14.280	18.227

A Companhia reconheceu no exercício de 31 de março de 2026 a receita bruta de aluguel de R\$ 5.320 (R\$ 5.080 em 31 de março de 2025).

➤ Política contábil

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

16 Receitas líquidas

A Companhia gera receita principalmente pela prestação de serviço de locação, as receitas são reconhecidas ao longo do tempo, à medida que a obrigação de desempenho é satisfeita, refletindo a transferência contínua dos benefícios ao cliente durante o prazo dos contratos.

	2026	2025
Receita líquida de locação	5.126	4.895

Abaixo, a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2026	2025
Receita bruta de serviços	5.320	5.080
Impostos	(194)	(185)
Receita líquida	5.126	4.895

A variação na receita está relacionada ao reajuste contratual no IPCA.

➤ Política contábil

A Companhia avalia os contratos com os clientes de prestação de serviço de locação, as receitas são reconhecidas quando o controle do serviço é transferido ao cliente, neste momento a companhia considera satisfeita a obrigação de desempenho.

17 Despesas por natureza

	2026	2025
Publicações	(2)	(24)
Auditoria	(132)	(125)
Assessoria	(8)	(48)
Advocacia	(14)	(6)
Taxas	(21)	(25)
Diversas	(7)	(1)
Depreciação	(172)	-
Total	(356)	(229)
Classificados como:		
Administrativas	(356)	(229)

18 Receitas financeiras

	2026	2025
Rendimento com aplicações financeiras (*)	5.728	1.532

(*) Rentabilidade das aplicações financeiras, vide nota explicativa 6.

19 Despesa com imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram calculados pelo regime de lucro presumido, gerando as despesas conforme demonstradas a seguir:

	2026		2025	
	Base presumida	Tributo	Base presumida	Tributo
IRPJ	3.358	(900)	2.962	(716)
CSLL	3.660	(329)	2.962	(267)
Total		(1.229)		(983)

➤ Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são apurados trimestralmente, com base na aplicação de percentuais de presunção sobre a receita bruta auferida no período, acrescida das demais receitas tributáveis.

Julio Alvarez Boada
Diretor Presidente

Tomás Caetano Manzano
Diretor Superintendente

Lara Nascimento Bacellar
Diretora

Thiago Fontoura Struminski
Diretor

Fernando Henrique Casale
CRC 1SP284642/O-0
Contador responsável